



Número: **0000677-87.2025.8.17.9901**

Classe: **Agravo de Instrumento**

Órgão julgador colegiado: **3ª Câmara Direito Público - Recife**

Órgão julgador: **Gabinete do Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo**

Última distribuição : **07/01/2026**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Afastamento do Cargo, Tutela de Urgência**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
TIAGO MATIAS DE SOUZA (AGRAVANTE)	
	HEDER BEZERRA TAVARES (ADVOGADO(A)) ANDRE GUERREIRO LIMA (ADVOGADO(A))
ALMIR RAIMUNDO DOS SANTOS (AGRAVADO(A))	
	RONILSON COSTA ALMEIDA (ADVOGADO(A))

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
55721869	09/01/2026 17:08	Decisão	Decisão

Terceira Câmara de Direito Público

Agravo de Instrumento nº 0000677-87.2025.8.17.9901

Agravante: TIAGO MATIAS DE SOUZA

Agravado: ALMIR RAIMUNDO DOS SANTOS

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

16x

Cuida-se de **Agravo de Instrumento**, com pedido de atribuição de efeito suspensivo, interposto por **Tiago Matias de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Cedro/PE**, em face de decisão liminar proferida nos autos do **Mandado de Segurança nº 0001288-09.2025.8.17.3380**.

A referida decisão suspendeu a deliberação do plenário que recebeu denúncia por infração político-administrativa contra a Prefeita Municipal, bem como os trabalhos da Comissão Processante instaurada para apurar os fatos.

O agravante sustenta, em suma, o desacerto da decisão recorrida, argumentando que o procedimento para cassação de mandato de prefeito é regido pelo rito específico do Decreto-Lei nº 201/1967, norma federal que prevalece sobre o Regimento Interno da Câmara.

Afirma que a referida lei federal não exige a inclusão prévia da denúncia na ordem do dia.

Aduz, ainda, que a manutenção da suspensão acarreta perigo de dano irreparável, uma vez que o processo de cassação possui prazo decadencial de 90 dias, o qual transcorre sem possibilidade de suspensão.

Requer, assim, a atribuição de efeito suspensivo ao recurso para cassar a liminar e permitir a retomada do processo político-administrativo.

É o que de relevante se tem a relatar. DECIDO.

A concessão de liminar, de acordo com o Código de Processo Civil, está condicionada à presença de



requisitos específicos, quais sejam: a probabilidade do direito alegado, o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação. Segundo o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Em sede de cognição sumária, própria da análise de pedido liminar em agravo de instrumento, não vislumbro a presença inequívoca dos requisitos necessários à concessão do efeito suspensivo pleiteado.

A decisão de primeiro grau, ora combatida, é de natureza provisória e cautelar, e fundamentou-se na plausibilidade do direito invocado pelo impetrante, ora agravado, ao constatar, em um exame perfunctório, a existência de um vício formal no procedimento de recebimento da denúncia.

O magistrado verificou a aparente inobservância de normas do Regimento Interno da Câmara Municipal, especificamente os artigos 78 e 79, que determinam a prévia inclusão de matérias na pauta da sessão. Trata-se de uma medida que, ao menos por ora, prestigia o devido processo legislativo e os princípios da publicidade e da segurança jurídica dos atos parlamentares, não se revelando, de plano, teratológica ou manifestamente ilegal.

Quanto ao perigo de dano, embora se reconheça a gravidade da questão envolvendo o prazo decadencial, a análise do próprio dispositivo legal invocado não permite concluir pela irreparabilidade do dano. O artigo 5º, inciso VII, do Decreto-Lei nº 201/1967, ao mesmo tempo em que estabelece o prazo de 90 dias, ressalva expressamente a consequência de seu descumprimento:

"VII - O processo, a que se refere este artigo, deverá estar concluído dentro em noventa dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado. Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia ainda que sobre os mesmos fatos."

A própria norma prevê que o arquivamento do processo, em decorrência do esgotamento do prazo, não obsta o oferecimento de nova denúncia, ainda que fundada nos mesmos fatos.

Dessa forma, o eventual prejuízo decorrente da manutenção da liminar não é absoluto ou irreparável, mas de natureza procedimental, podendo a apuração ser reiniciada, caso se conclua, ao final, pela validade do procedimento.

Assim, não se configura o perigo de dano imediato e irreversível que autorizaria a suspensão de uma decisão liminar proferida de forma fundamentada pelo juízo de primeiro grau, ao qual compete a primeira análise da controvérsia.

Ante o exposto, **INDEFIRO** o pedido de atribuição de efeito suspensivo ao presente Agravo de Instrumento, mantendo, por ora, a integralidade da decisão agravada até o julgamento de mérito do recurso pela Colenda Câmara.



Intime-se a **parte Agravada** para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal, nos termos do art. 1.019, II, do CPC.

Após, remetam-se os autos à **Douta Procuradoria de Justiça** para parecer.

Cumpra-se. Publique-se. Intimem-se.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator

